



Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

e-ISSN: 2176-9176

2026, v. 31, e13603

DOI: <https://doi.org/10.17765/2176-9176.2026v31.e13603>

PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR E OS IMPACTOS DA COVID-19 NA DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ/PR

ORGANIZATIONAL PRACTICES OF SCHOOLS AND THE IMPACTS OF COVID-19 IN THE DISPUTE FOR URBAN SPACE IN MARINGÁ/PR

Autores:

Cristiane Sousa da Silva Battaglini^{1*} 

Priscilla Borgonhoni Chagas² 

¹ Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Administração Financeira, EAD e as Tecnologias Educacionais (UniCesumar). Graduada em Administração pela PUC e Graduada em Ciências Contábeis pela UniCesumar.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora do INCT/Observatório das Metrópoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá. Professora Associada do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA/UEM).

* Autora correspondente:
cristiane.battaglini@unicesumar.edu.br

Datas:

Recebimento: 17/03/2025

Aceite: 28/07/2025

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution

(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender as práticas organizativas realizadas pela comunidade escolar na cidade de Maringá/PR, considerando as medidas decretadas pela Prefeitura Municipal no contexto da Covid-19. A pesquisa é qualitativa e descritiva e envolve coleta de dados primários e secundários, os quais foram interpretados por meio da técnica de análise hermenêutica-dialética. Em 2020, a pandemia da COVID-19 impulsionou as escolas a se adaptarem aos decretos estaduais e municipais. Este estudo considera a cidade como uma organização estruturada por relações de poder, com ênfase nas práticas organizativas da comunidade escolar, refletidas em suas demandas e manifestações. Os resultados revelaram as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, resistência e ressignificação, expressas pela comunidade escolar. Identificou-se também, as relações de poder, disputas pelo espaço urbano, contradições às medidas decretadas pela prefeitura, além da desigualdade educacional. Essas práticas organizativas são resultantes das manifestações ocorridas na cidade-organização. Foi possível identificar pelo poder público municipal as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, controle e resistência. O estudo amplia a compreensão das práticas organizativas, destacando a cidade como um espaço marcado por relações de poder, resistência e disputa, além de reforçar a visão da cidade como uma organização composta por interações sociais, conflitos e múltiplos territórios. A pesquisa evidencia como grupos sociais, como a comunidade escolar, utilizam o espaço urbano para resistir a medidas governamentais, fornecendo insights importantes para gestores públicos sobre como o impacto das dinâmicas de poder e mobilizações influenciam políticas e decisões em períodos de crise.

Palavras-chave: Cidade, COVID-19, Práticas Organizativas, Comunidade escolar.

ABSTRACT: This article aims to understand the organizational practices carried out by the school community in the city of Maringá/PR, considering the measures decreed by the City Hall in the context of Covid-19. The research is qualitative and descriptive and involves the collection of primary and secondary data, which were interpreted through the hermeneutic-dialectical analysis technique. In 2020, the COVID-19 pandemic forced schools to adapt to state and municipal decrees. This study considers the city as an organization structured by power relations, with an emphasis on the organizational practices of the school community, reflected in its demands and manifestations. The results revealed the organizational practices of planning, organization, representation, resistance, and resignification, expressed by

the school community. Power relations, disputes over urban space, contradictions to the measures decreed by the city hall, and educational inequality were also identified. These organizational practices are the result of the manifestations that occurred in the city-organization. It was possible to identify the organizational practices of planning, organization, representation, control and resistance used by the municipal government. The study broadens the understanding of organizational practices, highlighting the city as a space marked by power relations, resistance and dispute, in addition to reinforcing the view of the city as an organization composed of social interactions, conflicts and multiple territories. The research highlights how social groups, such as the school community, use urban space to resist government measures, providing important insights for public managers on how the impact of power dynamics and mobilizations influence policies and decisions in times of crisis.

Keywords: City, COVID-19, Organizational Practices, School Community.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para os estudos sobre cidade, território e práticas organizativas, dentro da área de estudos organizacionais. A partir da década de 1990, a cidade passou a ser considerada um objeto de análise nos Estudos Organizacionais, com os primeiros estudos no Brasil (Honorato; Saraiva, 2016). Fischer (1996) foi uma das pioneiras desse movimento, ao definir a cidade como uma organização social de alta complexidade. Segundo a autora, a cidade também pode ser vista como um fluxo em constante transformação, uma metáfora de organização de complexidade indiscutível e desafiadora, que exige uma melhor compreensão como organização, oferecendo recursos para uma gestão mais eficaz, o que os estudos sobre a cidade como organização podem proporcionar (Fischer, 1997).

Segundo essa linha, Mac-Allister (2001) também fez importantes contribuições nos Estudos Organizacionais ao discutir a cidade como uma organização, ou seja, a organização-cidade. Segundo a autora, ao tratar a cidade como organização, é possível entender sua complexidade e coletividade, incorporando seus processos individuais e sua cultura. Isso resulta em uma identidade cultural tanto relacionada à totalidade da cidade quanto à sua gestão. Avançando no conceito de organização-cidade, Mac-Allister (2004) define a cidade como um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados, que se localizam no tempo e no espaço.

Para Saraiva e Carrieri (2012), a concepção de organização-cidade possibilita uma análise organizacional da dinâmica urbana, abrindo espaço para a observação da vida social organizada. Assim, as práticas de diversos atores se manifestam de diferentes maneiras dentro da organização-cidade. Para analisar os atores sociais nesses espaços, é fundamental entender a cidade como um território, habitado por diversos atores, cada um com suas práticas (Battaglini; Chagas, 2024). O território, conforme definido por Souza (2012), é um espaço delimitado por relações de poder, o que explica a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades.

Viegas e Saraiva (2015) apresentam a noção de práticas organizativas integradas à orientação da cidade, seguindo um arcabouço teórico interdisciplinar e estudos clássicos revisitados por diversos autores em discussões contemporâneas, como Saraiva e Carrieri (2012). Nesse sentido, as práticas organizativas são compreendidas nas esferas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação, que se configuram no âmbito da cidade, segundo o emprego de inúmeros mecanismos e instrumentos, além da integração dos diversos atores sociais (Viegas, 2014).

A pandemia da Covid-19 é o contexto em que as práticas citadas serão analisadas. Em março de 2020, com a proliferação do vírus, a Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como 'pandêmica'. Sendo assim, a OMS declarou emergência de saúde pública de importância internacional em razão da disseminação de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2), identificado em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Nesse cenário pandêmico, a partir do dia 20 de março de 2020, o governo do estado do Paraná suspendeu as aulas das escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas ao Estado do Paraná e em universidades públicas, conforme o decreto estadual n. 4.258/2020 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2020). Na sequência, surgiram novos decretos tanto a nível Estadual quanto municipal, para conter o avanço da Covid-19.

A Prefeitura do Município de Maringá emitiu o decreto n. 436/2020 no dia 17 de março de 2020, suspendendo algumas atividades por 30 dias. No Art. 6º deste decreto, como medida coletiva de prevenção, consta a suspensão das aulas em escolas públicas e privadas, no âmbito municipal,

sendo garantido o funcionamento das escolas até o dia 20/03/20 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2020).

Neste contexto, iniciaram-se algumas mobilizações da comunidade escolar de escolas privadas frente aos decretos municipais. Vale lembrar que, nesta pesquisa, a comunidade escolar de escolas privadas é composta por representantes de escolas particulares, representantes do Sinepe/NOPR e do Sinfantil/NOPR, bem como pais e/ou responsáveis de alunos. Assim, o artigo se concentra intencionalmente na análise das escolas privadas, reconhecendo que esse é apenas um dos recortes possíveis dentro de um cenário educacional marcado por múltiplas formas de organização e resistência durante a pandemia.

No contexto de restrições impostas pela pandemia, com as aulas suspensas pelo município, uma liminar foi expedida no dia 12 de março de 2021, permitindo que as instituições filiadas ao Sinepe-NOPR retomassem as aulas presenciais em 16 de março de 2021 (Conegero, 2021). Dessa forma, algumas escolas particulares representadas pelo Sinepe-NOPR retomaram as atividades previstas no sistema híbrido. Apenas em 28 de julho de 2021, o Município de Maringá autorizou o retorno às aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino. A autorização foi por meio do decreto n. 1406/2021, o qual apresentou as novas medidas impostas pela Prefeitura Municipal de Maringá e instituiu, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Plano de Aprendizagem em Formato Escalonado e não Presencial (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021). Assim, as escolas municipais só retornaram às aulas presenciais a partir desta data, contabilizando um ano e meio sem aulas presenciais.

Além de terem menos aulas durante a pandemia, os alunos das escolas públicas enfrentaram algumas dificuldades estruturais, o que agravou ainda mais as desigualdades entre a educação pública e privada. A pandemia também demonstrou faces cruéis e exacerbou problemas socioespaciais que precisam ser discutidos, reivindicados pelos movimentos sociais e (re)colocados na agenda pública (Chagas, 2020). Segundo a autora, é necessário revelar as práticas coletivas de organização presentes na cidade e vislumbrar como ela é organizada e governada.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é compreender as práticas organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá. Para tanto, inicialmente são expostos os aspectos teóricos sobre a cidade como objeto de estudo e campo de disputa. Em seguida, discussões sobre práticas organizativas. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Logo após, são descritas as práticas organizativas da comunidade escolar nas disputas pelo espaço urbano. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO E CAMPO DE DISPUTAS

Nos Estudos Organizacionais, a cidade é discutida a partir de diversas perspectivas. Como destaca Martins (2021, p. 52) “[...] uns focalizam a gestão, outros a vida social organizada, e ainda existem aqueles que a olham com base nas imagens e representações”. O autor ressalta que há também aqueles que analisam a cidade sob o prisma das lutas de classes, e os que destacam o empresariamento urbano. Dessa forma, independentemente da abordagem, a cidade se configura como um espaço de interação entre diferentes atores (Honorato; Saraiva, 2016).

A cidade pode ser entendida como uma organização em constante transformação, observada

por meio de diferentes realidades (Coimbra; Saraiva, 2013). Nesse contexto, as organizações apresentam tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos. Segundo os autores, os aspectos simbólicos não são passíveis de gerenciamento, por possuírem um caráter subjetivo, tornando evidente na organização-cidade. Para Correia, Santos e Carrieri (2020), olhar para as cidades é refletir sobre como elas foram representadas de diversas formas, vividas, percebidas, lembradas, sociabilizadas e também esquecidas.

Na área da Administração, esse tema tem sido problematizado no campo dos Estudos Organizacionais. Para além dos aspectos materiais, o interesse acadêmico engloba as experiências vividas, a possibilidade de vivência e como essa pode se materializar e ser problematizada de maneiras diferentes (Saraiva, 2019).

Dessa forma, alguns estudos consideram a complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade da organização-cidade, levando em conta suas características formais e informais, materiais e imateriais. Sobretudo, o espaço é considerado um campo de lutas, onde se disputam distintas concepções e projetos de cidade (Paulo; Chagas; Andrian, 2020).

Conforme Saraiva (2019), nos Estudos Organizacionais, a cidade tem sido discutida pelo aspecto da territorialidade, entendendo os atores sociais, a vivência, bem como a manifestação das diferenças e das disputas nos espaços. Assim, observa-se a sociabilidade, o simbolismo e a cultura, analisando as diferentes formas de se viver e se relacionar, além das representações do urbano e as dinâmicas simbólica e cultural que são associadas a elas.

Essa pesquisa adere o aspecto da territorialidade com o objetivo de compreender, por meio de um olhar organizacional da dinâmica urbana, como ocorreram as práticas organizativas do Ensino Fundamental privado na cidade de Maringá/PR. A territorialidade “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial” (Vale; Saquet; Santos, 2005, p. 17). Corroborando com os autores, Saraiva (2019) considera a territorialidade como múltiplas dimensões vividas dentro de um território e, para ser compreendida, é preciso analisar o comportamento dos atores sociais que ocupam ou frequentam esses espaços.

Assim, a presente pesquisa compreende a cidade tomada como organização, partindo de práticas organizativas que constituem a urbe. Sobre a questão social das práticas humanas, há uma dimensão que deve ser considerada, principalmente ao articular sobre a vida social urbana, essa é o poder (Honorato; Saraiva, 2016). Os autores afirmam que o poder se manifesta no social, na relação, e, conseqüentemente, na cidade, agindo conforme interesses próprios de um indivíduo ou de um grupo, demonstrando um grau de influência sobre a criação e manutenção dos lugares.

3 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS

Apesar de não ser uma corrente unificada de pensamento, a teoria da prática, em quase todas as linhas, defende as práticas como ações ou atividades (Schatzki, 2017). O autor destaca que, ao realizar qualquer ação, uma pessoa está ao mesmo tempo, realizando práticas específicas, sendo que qualquer aprendizado acontece enquanto uma pessoa concretiza uma prática. As ações são componentes dessa teoria, ao expressarem elementos da organização, um princípio fundamental (Schatzki, 2017).

Oliveira (2015) destaca que o estudo das práticas tem o objetivo de compreender os modelos

de ação característicos dos atores sociais, suas operações, no contexto social mais amplo ou nas organizações. A autora afirma que a prática é o ‘modo de fazer’ e a produção que o indivíduo pratica, podendo ser vista também como a forma como o indivíduo se comporta em determinada situação, se ele exerce um tipo de montagem para essa ação ou se a ‘maneira de fazer’ já se encontra formalizada e institucionalizada (Oliveira, 2015).

Nessa perspectiva, grande parte dos pesquisadores define a prática como um conjunto de atividades, já outros, como habilidades e conhecimentos tácitos, também há os provenientes da filosofia e das ciências sociais que apontam as práticas como o conjunto das atividades humanas (Borges et al., 2016).

Alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil articularam a prática, trazendo contribuições no campo da Administração, como o de Viegas (2014) e Viegas e Saraiva (2015). Esses autores buscaram compreender como as práticas se configuram na cidade, conforme o emprego de vários mecanismos, instrumentos, da integração de diversos atores sociais, como o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal; e a sociedade civil, sendo as empresas de racionalidade econômica, os cidadãos e os movimentos coletivos (Viegas, 2014; Viegas; Saraiva, 2015). Nesse contexto, a pesquisa se pauta nas contribuições de Viegas (2014) e Viegas e Saraiva (2015), cuja noção de práticas organizativas se integra à orientação da cidade e à constante interação de indivíduos e grupos na práxis urbana, seguindo arcabouço teórico interdisciplinar e estudos clássicos revisitados por diversos autores em discussões contemporâneas, como Saraiva e Carrieri (2012).

Assim, compreender as cidades e suas práticas organizativas permite articular o pensar e agir sobre a urbes do ponto de vista dos diferentes atores sociais (Viegas e Saraiva, 2015; VIEGAS, 2014). Viegas (2014) descreve sete práticas organizativas: nas esferas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação. Tais práticas são utilizadas no presente estudo para analisar a comunidade escolar, em meio ao contexto de Covid-19 em Maringá.

A prática planejar está relacionada ao “futuro da cidade”, envolve a criação de cenários e tendências globais, focando no planejamento da cidade, principalmente em seu meio estrutural (Paulo, Chagas e Andrian, 2020; Viegas e Saraiva, 2015; Viegas, 2014). Os autores destacam que esse processo se desdobra em políticas públicas, planejamento estratégico, e em instituições normativas, como o Estatuto da Cidade. Já a prática de organizar refere-se à função de ordenar e estruturar a cidade. Todos os atores organizam a cidade, de acordo com seus interesses, e essa organização se alinha com as lógicas da produção econômica, social, urbana e estética, refletindo as relações de poder presentes na sociedade urbana (Viegas e Saraiva, 2015).

O controle urbano é uma prática voltada à imposição de ordens que buscam disciplinar os comportamentos dentro de padrões normativos da cidade. O poder público, embora central nesse processo, estando ou não presente, outros meios de fiscalização são criados (Paulo, Chagas e Andrian, 2020; Viegas, 2014). Os autores afirmam que o controle pode ocorrer por diversos meios, com relação ao poder público. Isso inclui, polícia, guardas municipais, para ver se está havendo o cumprimento das condutas, leis e constituições.

A prática de representar está associada à produção de símbolos e significados diversos que podem ser interpretados de maneira distinta pelos indivíduos. Além disso, os meios de comunicação desempenham um importante papel na formação dessas representações, influenciando tanto a percepção individual quanto as imagens coletivas da cidade (Viegas, 2014; Viegas e Saraiva, 2015).

A resistência na cidade se relaciona à oposição às outras práticas organizativas e seus efeitos, e é nessa prática que se encontram as contradições e oposições aos marcadores instituídos pelas

organizações (Viegas, 2014; Viegas e Saraiva, 2015). Ela reflete a luta contra a redução da participação das pessoas em relação à cidade e busca uma utilização do espaço urbano de forma igualitária e plural (Paulo, Chagas e Andrian, 2020; Viegas, 2014).

A prática de recuperação do espaço urbano envolve ações que visam a preservação e revitalização de áreas da cidade, e a gentrificação, sobre a qual são formuladas estratégias para requalificação do espaço por meio de ações de segregação e exclusão social (Paulo, Chagas e Andrian, 2020; Viegas, 2014). Os autores destacam que esse processo inclui a valorização de áreas específicas e a melhoria da estética e da qualidade de vida urbana. Já a ressignificação está relacionada à adaptação dos significados que os atores sociourbanos atribuem aos espaços urbanos, considerando as mudanças nas tendências globais, interesses e transformações sociais (Paulo, Chagas e Andrian, 2020; Viegas e Saraiva, 2015; Viegas, 2014). Segundo os autores, os significados mudam devido à transformação da sociedade, refletindo a evolução cultural e pela materialização do espaço físico e simbólico.

No contexto das práticas organizativas, as cidades e cidadãos são percebidos, imaginados e comunicados, pressupondo novas formas de pensar e agir sobre a cidade (Viegas; Saraiva, 2015). Dessa forma, o espaço urbano, seus elementos, sua dinâmica e suas apropriações “compõem uma das dimensões de manifestação ou expressão de diversos grupos sociais, meios empresariais, agentes governamentais, atores de interesse público e midiático, além de minorias culturais” (VIEGAS; SARAIVA, 2015, p. 77). Os autores ainda evidenciam um novo olhar sobre a urbe na análise organizacional e, assim, contribuem para o conhecimento da dinâmica urbana.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

7

O presente estudo tem como objetivo analisar compreender as práticas organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá. Possui caráter qualitativo uma vez que busca compreender de forma mais profunda a realidade dos atores sociais, respondendo questões muito particulares (Minayo, 2002).

As fontes primárias desta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, os diários de campo e a observação direta e não participante. Já as fontes secundárias envolveram pesquisas em documentos, artigos, reportagens, redes sociais e websites. Para essa pesquisa foram selecionados 5 colégios privados de Maringá, que oferecem o ensino fundamental. Foram utilizados três critérios de seleção dos colégios para a pesquisa: 1) que fossem filiados ao Sinepe/NOPR; 2) que apresentassem portes (quantidade de estudantes matriculados) diferentes e; 3) que houvesse diversidade na localização, para contemplar tanto colégios sediados no centro da cidade como na periferia. O quadro 1, a seguir, apresenta as características de cada um, como o porte e o tempo de funcionamento, conforme dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Quadro 1. Características dos colégios.

Colégio	Porte do Colégio	Tempo de existência
Y	Entre 201 e 500 matrículas de escolarização	20 anos
A	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	28 anos
Z	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	37 anos
X	Mais de 1000 matrículas de escolarização	34 anos
B	Mais de 1000 matrículas de escolarização	64 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do INEP (2022). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em 27 fev. 2022.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com 19 entrevistados, sendo: diretores, coordenadores, professores e pais e/ou responsáveis de alunos desses Colégios e com membros dos sindicatos dos colégios privados. Os sujeitos entrevistados foram selecionados pela técnica bola de neve, na qual os próprios entrevistados apontam uma nova pessoa para ser entrevistada (Veiga e Gondim, 2001). Dessa forma, os próprios pais e/ou responsáveis indicavam um coordenador ou um diretor do colégio e também outro pai ou mãe com disponibilidade para conceder a entrevista. Parte desses pais e/ou responsáveis participaram das manifestações realizadas na cidade. Com relação aos representantes dos sindicatos, observou-se que esses estavam presentes na maioria dos protestos. A quantidade de entrevistas foi com base no método “ponto de saturação”, posto que operacionaliza as seleções de novos entrevistados, encerrando quando as novas respostas somente confirmam as informações já estabelecidas, sem nada a acrescentar na interpretação do conteúdo (Bauer e Aarts, 2008).

O método escolhido para a análise dos dados foi o hermenêutico-dialético. Segundo Minayo (2002), nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Segundo a autora, os passos para operacionalização são: (a) ordenação dos dados, fazendo um mapeamento dos dados obtidos no campo; (b) classificação dos dados, que são construídos a partir de questionamentos com base em uma fundamentação teórica; e (c) análise final, estabelecendo articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo à questão de pesquisa com base nos objetivos (Minayo, 2002).

Seguindo as etapas apresentadas por Minayo (2002), foi realizado o mapeamento dos dados obtidos no campo, a escuta das narrativas dos sujeitos, a transcrição das entrevistas, a classificação dos dados e a análise articulando os dados e o referencial teórico, indo além das falas e dos fatos descritos, conforme expressa o método hermenêutico-dialético. Minayo (2004) destaca que o método hermenêutico-dialético é o mais capaz de driblar as formalidades e de dar conta de uma interpretação mais próxima da realidade.

Os dados obtidos nas fontes de pesquisa foram organizados de forma cronológica e, em seguida, analisados. Inicialmente, foram consultados documentos, reportagens locais, sites da prefeitura e redes sociais. Na segunda etapa, realizou-se uma triagem para selecionar o material que seria utilizado para essa pesquisa, com base na leitura do material coletado e das entrevistas realizadas.

5 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Na cidade de Maringá, foram adotadas várias medidas para conter a propagação da Covid-19, e nesse contexto, algumas práticas foram expressas por atores sociais que se reuniam para solicitar a reabertura das atividades que haviam sido suspensas. Desde empresários apresentando suas propostas para a retomada das atividades econômicas até escolas que se organizavam para a volta às aulas presenciais.

Uma das ações expressas na cidade, foi a prática organizativa de resistência contra as medidas decretadas pela Prefeitura do Município de Maringá. Essa prática aconteceu em 26 de março de 2020, quando um grupo de comerciantes, moradores e empresários de Maringá se reuniram para protestar contra o decreto do fechamento do comércio por 30 dias.

Dessa forma, as relações de poder, os conflitos de interesses entre segmentos da sociedade civil e o poder público municipal tornam-se evidentes na cidade de Maringá. Conforme destacado por

Souza (2021), o poder emerge quando atores sociais interagem coletivamente, existindo enquanto o grupo se mantiver unido. Essa perspectiva ressalta que a configuração espacial e social da cidade é influenciada por essas interações.

Em 20 de setembro de 2020, ocorreu uma manifestação na praça da catedral de Maringá organizada pelos donos de escolas e por instituições de representação, solicitando às atividades presenciais de forma não obrigatória. Esse foi o primeiro contato com o campo. Nesse dia, montaram uma sala de aula simbólica em forma de protesto, na praça da Catedral de Maringá. As instituições de representação que tomaram frente para se organizarem, como forma de manifestar seus interesses mediante às ações do município. Essa mobilização demonstrou o que foi simbolicamente denominado como “luto pela educação”, conforme retratado pelo entrevistado E1: “levamos carteiras, bexigas pretas, que a gente estava de luto, né, da educação”. O uso de bexigas pretas e a montagem de uma sala de aula simbólica em frente à catedral da cidade foram ações performáticas que materializaram um sentimento coletivo de perda. Esse luto não se refere apenas ao sofrimento causado pela ausência das aulas presenciais, mas expressa a percepção de que o direito à educação estava sendo negligenciado, sobretudo pelo prolongamento das medidas de suspensão adotadas pelo poder público municipal.

A comunidade escolar de escolas privadas utilizou essa manifestação como uma forma de resistência simbólica e afetiva, denunciando os impactos negativos do fechamento prolongado das escolas para os estudantes e para a própria função social da educação. Tal resistência se articula à noção de que o luto é também uma forma de protesto, uma maneira de tornar visível um sofrimento que é coletivo e político. Segundo Viegas (2014), as formas de resistência se dão em diferentes níveis e dimensões, e essa mobilização evidencia uma resistência performativa que interpela o poder público e reivindica o retorno das atividades educacionais presenciais.

A prática organizativa de “representar” foi central nesse processo: ao montar uma sala de aula simbólica no espaço público, a comunidade escolar não apenas representou o cotidiano escolar interrompido, mas também traduziu o luto em ação política, demonstrando publicamente o valor atribuído à educação e a urgência de seu restabelecimento. Esse gesto performático reforça como o espaço da escola, mesmo simbolicamente representado, pode ser um campo de disputa política, memória social e reivindicação de direitos. Além disso, os decretos anunciados pelo poder público municipal também foram uma prática organizativa de representação.

Segundo Viegas (2014), cada ator sociourbano tem uma representação da cidade, entretanto a mídia exerce forte influência de representação por meio dos veículos de massa que tendem a legitimar, reforçar ou arrefecer uma imagem criada por si, ou pelos outros atores. As divulgações dos protestos na cidade aconteciam por redes sociais e WhatsApp da comunidade escolar de escolas privadas.

A resistência, segundo Souza (2010), é frequentemente exercida mediante processos de territorialização, controle e ocupação do espaço. No entanto, a resistência está presente não só no plano real, mas também no plano virtual. É por meio das redes sociais, por exemplo, Instagram, Facebook e WhatsApp, que aconteciam as divulgações das mobilizações da comunidade escolar de escolas privadas. Uma forma de resistência expressa pelo espaço virtual.

No dia 16 de janeiro de 2021, teve uma carreata organizada pelo movimento Apoie sua Escola, solicitando a volta das aulas presenciais. Este movimento se une a pais, escolas, professores e demais profissionais pelo retorno das atividades escolares. As divulgações foram feitas por meio das redes sociais deste movimento, na qual incentivou a participação de várias cidades, colocando como título “Carreata nacional pela educação”. Este movimento aconteceu também a partir do Estádio Willie Davids e percorreu ruas do centro da cidade de Maringá.

A coordenadora do Colégio A (E2), relata sobre as carreatas de pais de alunos deste Colégio: “Eu soube que teve algumas carreatas de pais pedindo para voltar, assim como tinha os que não queriam que voltasse. Era tudo muito incerto, difícil de tomar uma decisão, era bem complicado mesmo”. Dessa forma, percebe-se que no ano de 2021 as práticas de resistência continuaram a se expressar pela cidade por meio da comunidade escolar. Como já estavam há um ano sem aula, os movimentos pareciam ganhar mais força.

A retomada das atividades curriculares e extracurriculares nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná foram autorizadas por meio da Resolução n. 98, de 03 de fevereiro de 2021, da Secretaria de Estado da Saúde. Assim, as instituições de ensino que optaram por retomar as atividades presenciais tiveram que elaborar um Protocolo de Biossegurança, contemplando medidas de contingência para o enfrentamento da Covid-19, prevendo a adoção de modelo de ensino híbrido, aulas presenciais e remotas simultâneas.

Com isso, as práticas “planejar e organizar” foram expressas também pelas instituições de representação, para a volta às aulas presenciais nesse contexto de pandemia na cidade. A E3 relata como as instituições de representação se organizaram: “Nós fizemos um grupo de estudos para que a gente pudesse ter parâmetros para fazer as negociações para a volta às aulas e aí mediante esses estudos a gente ia fazendo as reuniões e fazendo as negociações e foram muitas.” Os pais e/ou responsáveis dos alunos precisaram se reorganizar nesse período. A mãe de uma aluna do Colégio X (E4), comentou como foi essa organização do Colégio X: “Em 2020 ficou totalmente online. Nos 30, 40 primeiros dias que foi mais complicado né, até porque a professora também não tinha conhecimento de tecnologia e não podia fazer da escola, elas faziam de casa mesmo”.

A pandemia da Covid-19 impôs desafios ao sistema educacional, exigindo uma rápida adaptação ao uso de tecnologias digitais e ao ensino remoto. Esse cenário fez com que professores e alunos promovessem a resignificação das práticas pedagógicas. Com a necessidade de manter o distanciamento social, os educadores buscaram novas metodologias que garantissem a continuidade no aprendizado, o que incorporou permanentemente tecnologias que enriqueceram o ensino. Nesse contexto, a resignificação das práticas educacionais alinha-se com os conceitos de Viegas (2024) e Viegas e Saraiva (2015), que destacam a relevância da interação de indivíduos e grupos na construção e adaptação dos espaços urbanos, diante de novas realidades.

Com as ações decretadas pela prefeitura, aconteceram mais mobilizações na área da Educação. Um dia após a publicação do decreto n. 546/2021, servidores e a população contrários ao retorno às aulas presenciais não seguras, realizaram protesto em frente à Câmara Municipal. A presidente do Sismmar defendeu a manutenção das aulas remotas e solicitou que os vereadores rejeitassem o projeto que torna as atividades da Educação essenciais na cidade (SISMMAR, 2021). Nesse mesmo dia, em frente à Câmara Municipal, só que em lado oposto, um grupo a favor das aulas presenciais defendeu o retorno às aulas no modelo híbrido com atividades presenciais.

Em 25 de fevereiro de 2021, o Sinepe/NOPR, que representa as instituições de ensino privadas, entrou com pedido de liminar na Justiça contra o decreto municipal que suspendeu as aulas presenciais em Maringá. Assim, além das práticas de resistência por meio das ações judiciais, observa-se também a prática de controle expressa na cidade de Maringá, frente aos decretos de combate à Covid-19. A suspensão das atividades, no que diz respeito aos estabelecimentos, e o isolamento das pessoas fazem parte desse controle oriundo do poder público. Além das fiscalizações e do toque de recolher.

Dessa forma, há um regulamento do espaço urbano por meio de decretos que visam estabelecer um controle aos indivíduos. Nesse cenário, é possível identificar os conflitos gerados e as

relações de poder existentes na cidade por meio das práticas evidenciadas pelos atores sociais. Assim, na busca de verificar o cumprimento dos decretos municipais, observou-se a prática de controle pelo GGI (Grupo de Gestão Integrada) que fez diversas vistorias, seguindo os decretos no que diz respeito ao distanciamento, horários de funcionamento dos estabelecimentos, toque de recolher, dentre outros. Nesse contexto, as práticas organizativas de controle pressupõem um regulamento para a cidade e as práticas organizativas de resistência emanam dos inúmeros conflitos e das contradições sociais (VIEGAS; SARAIVA, 2015). Assim, a cidade se torna um espaço de disputas, controles e resistências.

Ademais, houve outras práticas de resistência solicitando a retomada das aulas presenciais na cidade. No dia 07 de março de 2021, aconteceu uma carreata pelo movimento Unidos pela Educação, solicitando a volta às aulas presenciais. A mobilização aconteceu no Estádio Willie Davids e percorreu ruas do centro da cidade. Nessa carreata, a comunidade escolar de escolas privadas se apropriou de forma dinâmica desses espaços, que se fundamentam em uma prática territorial marcada por relações de poder. O espaço ocupado por um protesto é constituído a partir de conflitos que envolvem as ações do poder público municipal e a necessidade por parte da comunidade escolar de manifestar o descontentamento frente a essas ações. Segundo Souza (2010), o poder não possui somente uma face ligada à dominação ou à hierarquia/verticalidade, mas também outra associada à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público. As ações de territorialização muitas vezes se concretizam em uma escala temporal de curta duração, não raro por confronto violento com o aparelho de Estado (SOUZA, 2021). As territorializações se efetivam de diversas formas a partir de diferentes objetivos e motivações, como por exemplo, os protestos que são formas de territorializações desempenhadas pela comunidade escolar.

Nesse sentido, com as contradições entre as medidas impostas pelo Estado e pela prefeitura municipal, as instituições de representação dos colégios entraram com ações judiciais, com o objetivo de que o decreto municipal seguisse conforme o do Estado. Dessa forma, houve uma liminar expedida no dia 12 de março de 2021, autorizando que as instituições filiadas ao Sinepe-NOPR retomassem as aulas presenciais. Assim, com a autorização do retorno às aulas presenciais por meio dessa ação judicial, algumas escolas particulares, que são representadas pelo Sinepe-NOPR, retornaram em 16 de março de 2021. Mesmo com o retorno às aulas presenciais das instituições de ensino privadas filiadas ao SINEPE/NOPR, a Prefeitura do Município de Maringá liberou o retorno às aulas presenciais apenas a partir de julho de 2021 com o decreto n. 1406/2021.

Assim, a análise das práticas organizativas revelou que o setor privado da educação possui capacidade de articulação política e jurídica, o que pode ser observado na atuação do Sinepe/NOPR (Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Paraná), que ingressou com uma liminar garantindo a retomada das aulas presenciais em março de 2021 — quatro meses antes da autorização oficial da prefeitura para o retorno da rede pública. Essa atuação revela interesses econômicos imediatos, já que a manutenção das mensalidades escolares depende, em grande medida, da oferta de aulas presenciais ou híbridas, especialmente para as famílias que exigem um retorno sobre o investimento feito na educação privada. Assim, a pressão exercida pelas escolas privadas e pelos pais de alunos tinha como pano de fundo a sustentabilidade financeira das instituições e a fidelização dos estudantes.

Além disso, as escolas privadas estavam em melhor condição de atender aos protocolos sanitários exigidos para a retomada presencial, como distanciamento em sala de aula, oferta de equipamentos de proteção, recursos tecnológicos e estrutura física adaptada. Tais condições organizativas não estavam igualmente presentes na rede pública, onde predominam dificuldades

estruturais, falta de acesso à internet de qualidade, carência de equipamentos e ausência de infraestrutura adequada. Esse cenário evidencia que, mesmo com o desejo de retomada, as escolas públicas estavam limitadas por barreiras materiais e logísticas, o que prolongou o período sem aulas presenciais para seus alunos.

Portanto, a mobilização das escolas privadas pelo retorno das aulas revela um contexto de desigualdades educacionais já existentes, que foram aprofundadas pela pandemia. Enquanto as escolas privadas contaram com recursos e articulação institucional para antecipar a volta às atividades presenciais, as escolas públicas enfrentaram limitações que contribuíram para a ampliação das desigualdades de aprendizagem entre os estudantes de diferentes redes de ensino. Isso reforça a necessidade de se discutir a educação como direito social e de se enfrentar as desigualdades socioespaciais que condicionam o acesso à educação de qualidade, especialmente em contextos de crise.

Assim, verificou-se que a comunidade escolar de escolas privadas expressou na cidade as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, resistência e ressignificação. Nesse contexto de pandemia, em que as aulas presenciais foram suspensas, a comunidade escolar de escolas privadas resistiu às medidas decretadas pela Prefeitura Municipal, buscando por meio das práticas organizativas manifestar os seus desejos e interesses. Dessa forma, a territorialização da comunidade escolar reflete os conflitos e as contradições das relações sociais pela disputa dos espaços da cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender as práticas organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá. A comunidade escolar por meio de sua territorialização na cidade demonstrou seu importante papel na busca de promover a educação como essencialidade, além de cumprir todos os protocolos de segurança no contexto de pandemia da Covid-19. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que esse estudo contribui empiricamente ao aprofundar a análise das práticas organizativas na cidade, evidenciando que o espaço urbano pode ser ocupado por diversos grupos e servir como palco para manifestações e protestos, tanto contra quanto a favor do poder hegemônico.

A cidade, enquanto objeto de estudo da Administração, é vista como um vasto território e uma organização-cidade, repleta de conflitos, disputas e contradições. Ela se forma a partir das interações entre os atores sociais e das práticas organizativas manifestadas em diferentes territórios. Assim, este trabalho teve como objetivo compreender de que maneira a comunidade escolar ocupou o espaço urbano por meio dessas práticas, expressas na cidade de Maringá, Paraná.

Em relação às ações e demandas produzidas pela comunidade escolar de escolas privadas, que buscaram intervir em decisões e políticas do município de Maringá, observou-se as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, resistência e ressignificação. Identificou-se, também, as relações de poder, disputas pelo espaço urbano, contradições às medidas decretadas pela prefeitura, além da desigualdade educacional. No período em que ocorreu a pesquisa, foi possível identificar pelo poder público municipal as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, controle e resistência.

Nesse sentido, o papel do poder judiciário nessa disputa foi de mediador e tomador de decisão. O conflito entre o poder público municipal e a comunidade escolar de escolas privadas foi resolvido no

judiciário, que tomou como base o decreto estadual, favorecendo assim o poder econômico. O estado do Paraná atribuiu natureza essencial às atividades educacionais presenciais e o judiciário, considerando as medidas decretadas pelo estado, autorizou o retorno das aulas presenciais para as instituições de ensino privada no município, em março de 2021. Com isso, o judiciário teve um importante papel nesse contexto de pandemia, para decidir sobre o retorno das aulas presenciais na cidade de Maringá, sendo que suas decisões se pautaram a favor da comunidade escolar de escolas privadas.

Mesmo com o retorno às aulas presenciais das instituições de ensino privadas filiadas ao SINEPE/NOPR, no formato híbrido nesse período, a Prefeitura do Município de Maringá autorizou o retorno às aulas presenciais a partir de julho de 2021. Nesse sentido, a prática de resistência também esteve presente no poder público municipal, ao decretar medidas de prevenção da Covid-19, sendo uma delas a suspensão das aulas presenciais. Essa resistência se mostrou presente por meio dos decretos municipais.

Embora o foco principal deste artigo não seja a análise de gênero ou classe, é fundamental reconhecer que os efeitos da pandemia sobre o campo educacional foram profundamente atravessados por essas dimensões. A suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto sobrecarregaram de forma desigual mães, cuidadoras e professoras, majoritariamente mulheres que, historicamente, acumulam funções de cuidado e gestão do cotidiano doméstico e escolar. Muitas dessas mulheres, especialmente pertencentes às camadas populares, viram-se diante do desafio de mediar o processo educacional de seus filhos ou alunos sem a infraestrutura mínima necessária, revelando as desigualdades sociais que estruturam o acesso e a permanência na educação em tempos de crise. Nesse sentido, os processos de resistência e organização no campo educacional também foram marcados por um protagonismo feminino invisibilizado. Mulheres lideraram mobilizações, articularam redes de apoio entre famílias e profissionais da educação, e atuaram na linha de frente da defesa pelo direito à educação em meio às adversidades.

Dessa forma, a pesquisa pretendeu apresentar contribuições para outros estudos que compreendem a cidade como organização, na perspectiva das práticas organizativas, acerca das mobilizações ocorridas na cidade de Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas. É válido destacar que embora a mobilização das escolas particulares e de suas comunidades escolares revele aspectos relevantes sobre práticas organizativas, é fundamental reconhecer que outros agentes, como escolas públicas, sindicatos de trabalhadores da educação e movimentos sociais, também atuaram de maneira significativa no período, enfrentando desafios próprios e protagonizando importantes iniciativas. Nesse sentido, foi possível contribuir para o avanço de estudos no campo da administração que tomam a cidade como um espaço marcado por relações de poder, sendo a cidade constituída por múltiplos territórios, em que distintos grupos se apropriam e disputam esses espaços.

Assim, a cidade é um campo de disputas, onde acontecem os conflitos, as contradições pelos indivíduos que nela habitam. Como sugestão para futuras pesquisas aponta-se a necessidade de realizar estudos sobre as práticas organizativas também em outras cidades, para além do setor educacional, visto que essas práticas podem ser expressas por distintos grupos e em diversas regiões.

REFERÊNCIAS

BATTAGLINI, C. S. da S.; CHAGAS, P. B. Práticas espaciais da comunidade escolar no contexto de pandemia da covid-19 na cidade de Maringá/PR. **RCA-Revista de Ciência da Administração**. Florianópolis, V.26, n. 66, p.1-26, 2024.

BAUER, Martin W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M.; Gaskell, G (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes, 39-63, 2008.

BORGES, A. F.; ENOQUE, A. G.; KATRIB, C. M. I.; GONÇALVES, L. R. D. Práticas Organizativas: Um Estudo sobre o Congado na Região do Triângulo Mineiro. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v. 5, n. 1, 2016, p.129-151.

CARDOSO, M. F.; SANTOS, A. C. B.; ALLOUFA, J. M. de L. Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. **XXXVII Encontro da Anpad – EnANPAD**, 2013.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. O pensar e o repensar o direito à cidade em tempos de (e pós) pandemia. In: **Nuevo Blog**, 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://nuevoblog.com/2020/07/08/o-pensar-e-o-repensar-o-direito-a-cidade-em-tempos-de-e-pos-pandemia/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, 2013, p. 34-46.

CONEGERO, L. **Maringá: Liminar autoriza volta às aulas presenciais em escolas filiadas ao Sinepe**. CBN Maringá. Disponível em: <<https://cbnmaringa.com.br/noticia/maringa-liminar-autoriza-volta-as-aulas-presenciais-em-escolas-filiadas-ao-sinepe>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CORREIA, G. F. A.; SANTOS, J. V. P. dos.; CARRIERI, A. de Pádua. Futebol como tradição ou invenção? A prática de representar a cidade no Museu Brasileiro de Futebol de Belo Horizonte. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). **Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FISCHER, T. et al. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: Prestes Motta, F.C.; Caldas, M.P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 14, n. 36, out./dez. 2016, p. 158-186.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. (Tese de doutorado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2001.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**. Salvador, 2004, p. 171-181.

MARTINS, M. P. **Análise dos processos de territorialização dos atores sociais na travessa Jorge amado, Maringá/Pr**. 2021. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Principais decretos estaduais sobre o enfrentamento ao Coronavírus**. Disponível em: <https://saude.mppr.mp.br/pagina-1238.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. M. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **InterfacesBrasil/Canadá**, Porto Alegre, v1, n. 1, 2001.

OLIVEIRA, V. M. **A moda no centro das práticas organizacionais**: uma etnografia na Rua José Avelino, Fortaleza-CE. 160 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, 2015.

PAULO, C. F. O.; CHAGAS, P. B. ANDRIAN, N. H. Práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, V.14 jul./set. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Reunião define 'pacto pela vida' no enfrentamento da pandemia**. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=70e8ab92c65570&id=36855>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Notícias**. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/vacinamaringa/home/noticias/5>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

SARAIVA, L. A. S. Os estudos organizacionais e a cidade. SARAIVA, L. A. S.; ENOQUE, A.G. (Org.). **Cidade e estudos organizacionais**: um debate necessário. Ituiutaba: Barlavento, p. 433, 2019.

SCHATZKI, T. Practices and People. **Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, 2017, p. 26-53.

Sismmar. Servidores conseguem vitória após embate na Câmara. Disponível em: <https://www.sismmarmaringa.com.br/arquivos/24999>. Acesso em 24 de fev. 2021.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

Souza, M. L. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado**: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*. Presidente Prudente-SP, 2010, 7(11), p. 13-47.

Souza, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, A.L.F.; SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A. dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, 2005, p. 11.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião pública**, 2001.

VIEGAS, G. C. F. S. **Dinâmica urbana e pichação**: entre preto fosco e tons de concreto, há quem prefira outras cores. 2014. 286 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, out. 2015, p. 68-94.